

CIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: UMA VERSÃO NÃO CONTADA DO DISTRITO FEDERAL

CITY, HERITAGE AND MEMORY: AN UNTOLD VERSION OF THE DISTRITO FEDERAL

BOGADO, Diana Corrêa da Silva (1)

LEÃO, Daniel Velasco (2)

PEIXINHO, Lia Fernandes (3)

NASCIMENTO, Jordana Alves Holnik (4)

BARROS, Thatiany Sterphane Fernandes (5)

(1) UNB, Pós-Doutoranda em Política Social, Doutora em Arquitetura e Urbanismo

e-mail:dianabogado2a@gmail.com

(2) UDESC, Doutor em Artes Visuais

e-mail:leao@tutanota.com

(3) UNIRIO, Graduada em Museologia

e-mail:liafpeixinho@gmail.com

(4) UNICEPLAC, Graduada do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro

e-mail:jordanaholnik00@gmail.com.

(5) UNICEPLAC, Graduada do curso de Arquitetura e Urbanismo

e-mail:thatianyf1@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo se propõe a tratar as nuances do Projeto de Extensão “Cidade, Patrimônio e Memória: Uma versão não contada do Distrito Federal”, enquadrado na subárea Patrimônio imaterial, na linha de Patrimônio arquitetônico do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (Uniceplac), coordenado pela professora do Uniceplac, Diana Bogado, em 2020 e 2021, e desenvolvido em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB) sob coordenação da professora Juliana Lopes; envolvendo alunos do Ensino Médio Integrado em Produção de Áudio e Vídeo na modalidade Educação de Jovens e Adultos. O referido projeto de extensão se propõe a realizar um resgate histórico e comunicar histórias locais de moradores das Regiões Administrativas do Distrito Federal, a fim de oferecer reflexão crítica e interdisciplinar aos alunos envolvidos a respeito das práticas socioespaciais das periferias urbanas e o entrelaçamento das histórias dos lugares com a vida das pessoas, entendendo que tais práticas contam versões não oficiais da constituição da cidade. Entende-se que o resgate da história de indivíduos periféricos é um exercício de compreensão de modos de vida autênticos e representam uma versão da história urbana de Brasília não divulgada pelas narrativas oficiais, as complexidades e vieses das dinâmicas da periferia, destoantes das práticas socioespaciais dos moradores do Plano Piloto, guardam particularidades de um lugar preservado em seu patrimônio imaterial regional e brasileiro, que deve ser valorizado e tornado público como forma de salvaguarda da memória e da cultura popular.

Palavras-chave: Memória; patrimônio imaterial; oralidade; direito à cidade; Distrito Federal.

ABSTRACT

This article aims to address the nuances of the “Cidade, Patrimônio e Memória: Uma versão não contada do Distrito Federal”, framed in the Immaterial Heritage sub-area, in the Architectural Heritage line of the Architecture and Urbanism course at Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (Uniceplac), coordinated by the Uniceplac professor Diana Bogado, in 2020 and 2021, in partnership with the Instituto Federal de Brasília (IFB), under the coordination of teacher Juliana Lopes, involving high school students in Integrated Audio and Video Production in the Youth and Adult Education modality. This extension project proposes to carry out a historical rescue and communicate local stories of residents of the Administrative Regions of the Federal District, in order to offer critical and interdisciplinary reflection to the students involved about the socio-spatial practices of the urban peripheries and the intertwining of the stories of the places with people's lives, understanding that such practices tell unofficial versions of the city's constitution. It is understood that the recovery of the history of peripheral individuals is an exercise in understanding authentic ways of life and represents a version of Brasília's urban history not disclosed by the official narratives, the complexities and biases of the dynamics of the periphery, which conflict with the socio-spatial practices of the residents of the Plano Piloto, keep the particularities of a place preserved in its regional and Brazilian intangible heritage, which should be valued and made public as a way of safeguarding popular culture and memory.

Keywords: *Memory; intangible heritage; orality; right to the city; Federal District.*

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é apresentar os referenciais teóricos e desenvolvimento metodológico do Projeto de extensão “Cidade, Patrimônio e Memória: uma versão não contada do Distrito Federal” coordenado pela professora Diana Bogado em 2020 e 2021, na linha de Patrimônio arquitetônico do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniceplac, desenvolvido em parceria com o Instituto Federal de Brasília, envolvendo alunos de ambos os cursos. A relação do projeto de extensão com a comunidade estudada se confere no envolvimento dos estudantes do Ensino Médio Integrado em Produção de Áudio e Vídeo na modalidade Educação de Jovens e Adultos, sob coordenação da professora Juliana Lopes. Trata-se de um projeto de extensão multidisciplinar, que envolve a Arquitetura e Urbanismo, a Museologia e o Cinema, a fim de desenvolver estudos e pensamentos críticos sobre o Direito à Cidade a partir da Memória Social. Serão apresentadas as oficinas e atividades elaboradas no âmbito do projeto.

Ressalta-se que o desenvolvimento urbano atual - assim como seus desdobramentos na expansão territorial - apresenta-se acompanhado de inúmeras práticas de intervenções espaciais, como remoção de assentamentos periféricos e construção de conjuntos habitacionais que impactam a vida de inúmeras famílias das cidades, entretanto, a versão oficial da história das metrópoles não abrange tais desdobramentos, como se pode observar com as Regiões Administrativas em relação ao Distrito Federal, por exemplo. Tais regiões, local de residência de moradores de renda baixa e média baixa, trabalhadores, torna-se local de observação nesta pesquisa, que busca aprofundar-se na memória local para refletir a respeito do direito à memória e à cidade.

O projeto em questão é transdisciplinar, à medida em que envolve as áreas de Arquitetura e Urbanismo, Comunicação e Museologia, cujo objetivo é desenvolver uma pesquisa com olhar atento às narrativas do sistema capitalista em sua versão neoliberal, considerando os processos subjetivos inerentes aos desdobramentos correspondentes deste modelo. Portanto, entende-se no âmbito da extensão proposta, que a educação não deve ser uma ferramenta de estímulo de competitividades, mas sim um dispositivo de emancipação social, autonomia e estímulo ao pensamento crítico; como é o caso da metodologia “ecologia dos saberes” proposta por Boaventura de Souza Santos (2010).

Dessa forma, a partir da observação do ambiente social e construído o projeto de extensão aqui apresentado se propõe a despertar o olhar dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Uniceplac, assim como dos estudantes do Instituto Federal de Brasília para os impactos provenientes da ação humana sobre o meio urbano, tanto do ponto de vista da produção da cidade pelos atores institucionais, quanto da reconstituição de uma versão contra-hegemônica da história urbana que deriva da produção socioespacial, produto da ação da sociedade sobre o meio e não só da ação estatal. O movimento espontâneo das periferias urbanas agrega complexidade, diversidade e heterogeneidade à produção da cidade. Este estudo busca considerar o “espaço vivido” das periferias (LEFEBVRE, 2001) com o propósito de desenvolver reflexão crítica sobre as práticas adotadas pelas administrações públicas no ordenamento territorial, como, por exemplo, a realização de intervenções urbanas, que acarretam segregação e gentrificação, cujos impactos objetivos e subjetivos se desdobram em prejuízos materiais e imateriais para inúmeras famílias periféricas.

Faz-se, portanto, necessária a observação das transformações espaciais urbanas, uma vez que determinados projetos e planos executados para viabilizar o ordenamento do território, não somente desencadeiam transformações materiais, mas também produzem reorganizações profundas nos âmbitos social, político e cultural das cidades. Acrescenta-se ainda, que os projetos urbanísticos muitas vezes atendem aos interesses dominantes em detrimento das necessidades básicas dos setores populares, tendo fenômenos como a gentrificação e a remoção de famílias como produtos diretos de sua execução, o que acentua a segregação socioespacial e a precariedade urbana no que cerne à infraestrutura básica, à proteção do patrimônio e às práticas socioculturais.

O objetivo principal do projeto de extensão é, a partir do relato de histórias pessoais dos moradores das regiões estudadas, trazer à tona particularidades sociais, econômicas, culturais e políticas dos personagens e seus respectivos locais de moradia. Serão observadas como se dão as disputas – territoriais e simbólicas – presentes no cotidiano destes indivíduos, assim como eventuais ações/intervenções da administração pública no território que

eventualmente tenham modificado práticas do lugar. Considera-se também relevante problematizar sobre direitos sociais e identidade através de registros de atividades baseadas na oralidade (POLLAK, 1992), com atividades realizadas junto à comunidade.

A metodologia do projeto se baseia na realização de Oficinas de Memória virtuais em decorrência da Pandemia do novo coronavírus, com moradores dos locais estudados, de forma a reconstruir, através de narrativas e imagens, as histórias, cenários e paisagens do lugar de moradia dos participantes. O registro e, posterior, comunicação da história, fica por conta dos alunos, que atentam em ressaltar particularidades do cotidiano como elementos do patrimônio imaterial. Nas Oficinas de Memória busca-se identificar e registrar atividades do dia a dia da população, localizar no espaço sócio-urbano características próprias do lugar e edificações representativas da identidade local; identificar e datar transformações espaciais ocorridas nas áreas de estudo e eventuais impactos das mesmas na materialidade imaterialidade do lugar. Ao final do projeto, a partir das oficinas orais, será produzido pelos alunos um documento com as narrativas dos entrevistados, que contará histórias de vida e dos lugares, a partir da perspectiva dos moradores (narradores), assim como dos alunos (redatores) como intérpretes.

A metodologia das Oficinas de Memória é uma reaplicação da experiência posta em prática na construção do Museu das Remoções¹ da comunidade Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, uma ação de luta pelo direito à moradia e à memória que nasceu de um projeto de extensão também coordenado pela pesquisadora Diana Bogado, co-autor deste artigo, em 2016. Além das oficinas de oralidade, a metodologia também abrange a consulta de documentos escritos e iconográficos sobre as localidades estudadas; a realização de dinâmicas didático-pedagógicas com alunos do Uniceplac e moradores destes lugares, a fim de fomentar diálogos a serem registrados pelos alunos integrantes do projeto de extensão. Os registros a serem produzidos se fundamentam teoricamente na linha da história oral.

A atividade ocorre direcionada por métodos participativos, como a Investigação-ação-participação, IAP, que prioriza o conhecimento prático diante de qualquer outro conhecimento e articula pesquisa e intervenção com saberes locais (MALO, 2004, p. 32). Acredita-se que a partir do exercício da oralidade nas periferias urbanas torna-se possível construir uma narrativa crítica a respeito das práticas institucionais do planejamento urbano contemporâneo no curso do ordenamento territorial das cidades. Neste contexto, ressalta-se que as práticas

¹Museu de território, localizado na Vila Autódromo, comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro que passou pelo processo de remoção do contexto das transformações urbanas para a preparação da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Esse museu é fruto de um projeto de extensão coordenado pela professora Diana Bogado, em parceria com a luta popular. Para mais detalhes ver: BOGADO, 2017.

da gentrificação e da remoção de comunidades têm sido aplicadas como método de expansão de cidades desde o início do século XX na América Latina, a partir do exemplo de metrópoles europeias. Este modelo acarreta violação do direito à moradia e à memória da população periférica tanto no Sul, quanto no Norte global.

Urge, portanto, a necessidade de mudança de paradigma, da emergência de uma nova abordagem do planejamento que parta da preservação das práticas sociais e da memória da população local. A proposta deste projeto busca, então, partir desta observação e deste resgate da trajetória de moradores das Regiões Administrativas do Distrito Federal para acionar a memória popular como ferramenta de reivindicação do direito à cidade e à moradia digna.

Este novo método proposto enfrenta os interesses do mercado que têm sido priorizados pelas políticas urbanas atuais, cujos impactos sociais, econômicos e culturais recaem sob a população marginal. Busca-se, dentro deste espaço da extensão, abrir-se à reflexão e à crítica a partir de uma análise destas práticas institucionais que aponte para a produção de argumento teórico-crítico capaz de apresentar soluções de gestão urbana alternativas, a serem empregadas por futuros arquitetos urbanistas, assim como de novas abordagens sobre as cidades por futuros técnicos em produção de áudio e vídeo.

Acredita-se na possibilidade de produções socioespaciais condizentes com modos de vida locais e com a promoção do direito à cidade, nas quais o resgate da história de indivíduos periféricos se faz fundamental. Compreender modos de vida autênticos significa preservar uma versão da história de Brasília não divulgada pelas narrativas oficiais, nos quais as complexidades e vieses das dinâmicas periféricas emergem como centrais. Tais práticas destoam das realizadas por moradores do Plano Piloto, guardam particularidades dos lugares, abrigam valor patrimonial imaterial, regional e brasileiro e, portanto, devem ser preservadas e comunicadas como forma de salvaguardar a memória e a cultura popular.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Disputas no espaço urbano

Este capítulo tratará das disputas no espaço urbano que ocorrem a partir do comportamento da gestão urbana atual e seus impactos nos lugares e bairros. A versão neoliberal da gestão urbana diferencia-se em relação às outras fases do sistema capitalista, cuja hegemonia do interesse empresarial é preponderante na ordenação do espaço urbano (SANTOS, 2013). O protagonismo empresarial relaciona-se às grandes mudanças da economia global, principalmente no que tange ao comportamento do capital financeiro

internacional: destaca-se a velocidade dos processos e a soberania dos interesses corporativos, cujos reflexos acentuam o padrão centro-periferia nas cidades, a privatização do espaço urbano e o aumento das desigualdades sociais (BOGADO, 2017).

Empreendedorismo urbano é o fenômeno descrito por David Harvey (1996) que se caracteriza pela influência de ideias neoliberais na política urbana, para o autor, passamos de um momento de administrativismo para o empreendedorismo da gestão, fenômeno que pode ser observado nas cidades americanas desde a década de 1970. Estas mudanças permanecem até os dias de hoje e permanecem nos países periféricos. O empreendedorismo urbano sugere que a gestão da cidade se estabeleça nos moldes de gestão de uma empresa, ou seja, submete-se a reconfiguração territorial aos processos de valorização do capital.

Esta transformação, entendida como a construção da cidade neoliberal, possibilita a retomada do poder pelas classes altas (HARVEY, 2005), porque, dentre outros fatores, coloca os interesses empresariais à frente dos interesses coletivos. Na compreensão de Henri Lefebvre (1994) coloca o “espaço concebido” em oposição “ao espaço vivido”. Na preparação da cidade neoliberal observa-se a produção da segregação, estrategicamente planejada pelos atores do poder (NOVAIS, 2010), o que induz a alteração da dinâmica socioespacial convertendo o caráter do “vivido” em consumo.

Esta nova fase empreendedora do planejamento urbano é marcada pela emergência do marketing de cidades, que é acompanhada da construção de uma narrativa consensual sobre as transformações urbanas e estabelece a ideologia da cidade-mercadoria, uma cidade esvaziada de conflitos. A construção da perspectiva do consenso contribui para o esvaziamento do conteúdo democrático da cidade, a cidade como espaço para exercício da cidadania e de práticas políticas (VAINER, 2009).

Segundo Harvey (2011) desde o início do desenvolvimento capitalista existe a prática de dominação do espaço da cidade, de forma a condicionar a produção social aos meios de produção e reprodução do capital. Entretanto, para o autor, estas estratégias se aprimoram com o avanço da tecnologia dos meios de comunicação, que conferem rapidez e alcance às mídias. Neste sentido procede-se à dominação ideológica e simbólica e o capitalismo consegue criar espaços urbanos ainda no campo do imaginário. Tais simulacros começam a lucrar a partir da conquista simbólica do lugar, da distribuição de imagens criadas, com a venda de lotes, sem a necessidade da conquista espacial prévia. Este fenômeno é o avanço do processo de especulação financeira, que ocorre antes mesmo de qualquer intervenção urbana ou da real chegada de infraestrutura (HARVEY, 2011).

Os novos fluxos de capital global modificam o conteúdo das cidades e desencadeiam processos de homogeneização espacial e social, capazes de padronizar gostos e opiniões (JACQUES, 2009). O fenômeno é chamado por Guy Debord (1967) de espetacularização das cidades na era do marketing e da publicidade. Segundo Sánchez, a publicidade confere papel central às intervenções urbanas, que aliadas à mercantilização da cultura transformam edificações chave, como museus, centros culturais e espaços de entretenimento em atrativos para a cidade- mercadoria/cidade espetáculo.

O surgimento destes novos espaços está associado à produção e veiculação de imagens - representações espaciais - que segundo Lefebvre (1994) induzem à reprodução de uma convivência de aparências como regra a ser seguida. As “representações do espaço” para o autor tem o poder de criar novos valores sociais e de legitimar a ideologia competitiva (BOGADO, 2017).

Tal espetacularização, para Debord (1969), é a afirmação da vida humana, no âmbito social, como simples aparência. A modificação espacial e social que se estabelece a partir da realização de projetos urbanos de grandes portes, muitas vezes constrói espaços mercadológicos que modificam a experiência da vida cotidiana, uma vez que rompem com a historicidade e as práticas locais (SANTOS, 2013). Conforme Lefebvre (1994) a espacialidade é o rebatimento das práticas sociais, isso significa que o espaço social associado a uma prática social se expressa através da forma de uso deste espaço.

Desta maneira, as formas espaciais não somente expressam transformações sociais, assim como contribuem para redefinição de processos no âmbito socioterritorial. O que significa que o espaço não é uma categoria alheia, mas é parte da produção social, ele participa e influencia esta produção (LEFEBVRE, 1994). O conteúdo do espaço, para Lefebvre, é definido pelo seu uso, sendo o espaço projetado capaz de impor uma forma de uso que prioriza uma classe e exclui outra. E por isso é entendido como um espaço dominador e anti-democrático (BOGADO, 2017).

Um espaço construído de cima, de forma transversal, é um espaço que se impõe e que domina, e espaços dominados impedem a multiplicidade de usos, como ocorre nos espaços produzidos no âmbito da cidade-mercadoria. Portanto, é no campo das relações que se estabelecem no espaço que está a resposta para a compreensão de quanto democrático ou dominador é este mesmo espaço. Uma arquitetura com grandes muros, com elementos impeditivos é uma arquitetura que segrega e condiciona o uso a uma determinada classe. A arquitetura e o urbanismo que ordenam são limitantes à desordem inerente aos ambientes

democráticos. A manifestação cultural genuína, por sua vez, é heterogênea e, portanto, democrática (BOGADO, 2017).

A luta da população organizada que estabelece resistências à dominação dos espaços é chamada por Boaventura de Sousa Santos (2010) de globalização contra-hegemônica. Uma globalização feita de baixo para cima; para o autor há uma produção de direitos humanos desenvolvida através de práticas, discursos e diálogos interculturais que enfrenta o processo dominador imposto às cidades. Nestas resistências procede-se à luta pelos direitos humanos com base em denominadores socioculturais comuns. Neste sentido, o resgate e a resiliência das práticas sociais são instrumentos fundamentais ao enfrentamento da dominação, uma vez que “não há luta pelo futuro sem memória do passado” (LÖVY, 2005, p. 109).

Compreende-se, assim, que a resistência à homogeneização social, procedida pela ação dos atores hegemônicos na cidade, pode ser enfrentada pela resistência organizada das populações locais, pela permanência das práticas regionais, pela valorização da cultura dos lugares e pela preservação dos usos tradicionais e do patrimônio imaterial. Neste sentido, a dinâmica periférica e as histórias dos lugares interessam à cultura e à democracia, uma vez que nestas práticas estão contidas a diversidade e a identidade.

2.2. Oficinas de Memória e a produção de sentidos

A primeira atividade do projeto de extensão “Cidade, Patrimônio e Memória: Uma versão não contada do Distrito Federal” realizada os alunos do Ensino Médio Integrado em Produção de Áudio e Vídeo na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Instituto Federal de Brasília consistiu em uma Oficina de Memória. Na sequência, foi aberta uma reflexão teórica e crítica sobre práticas administrativas como as relatadas, auxiliando no aprimoramento do olhar crítico, e ao mesmo tempo sensível às dinâmicas sociais que se estruturam no âmbito da vida urbana, os tornando atentos à necessidade de buscar gestões urbanas alternativas, corroborando para a promoção do Direito à Cidade.

As dinâmicas das “Oficinas de memória”, com o intuito de preservar a diversidade, a memória e a história local, têm o objetivo de trabalhar aspectos subjetivos, simbólicos e psicológicos das comunidades. Entende-se que tais práticas colocam a memória ao serviço da luta pelo direito à cidade. Trabalhar as subjetividades nas comunidades produz mudanças de postura, ou seja, reposicionamento dos sujeitos na produção do espaço (LEFEBVRE, 2001). O entendimento de si mesmo como agente social ativo cria uma atmosfera propícia à transformação através de ações coletivas, o que auxilia no fortalecimento dos movimentos sociais e na luta pelo direito à cidade (BOGADO, 2020).

Nesse sentido, é buscado compreender as relações de poder que se dão através da disputa por Memória. Para isso, são trazidos questionamentos quanto à memória nacional como a forma mais acabada de memória coletiva (HALBWACHS, 1968). Entende-se que a nação é uma formulação hegemônica, de modo que existem memórias coletivas de grupos menores, conformadas em contra-narrativas, o que Pollak (1989) conceituou como “indizível”, tendo em vista o cenário de opressão que essas memórias populares enfrentam. Nessa perspectiva, as narrativas desenvolvidas através dos relatos de memória dos alunos do IFB podem ser alocadas no quadro de memórias indizíveis, uma vez que representam uma versão não contada do Distrito Federal, associada a segregação urbana e outros problemas sociais que ficam em segundo plano na narrativa oficial de Brasília, relacionada ao Plano Piloto.

Os relatos trazidos pelos alunos do IFB mesclaram suas trajetórias de vida e o espaço no qual elas se passaram. Moradores de Regiões Administrativas do Distrito Federal, ao serem indagados sobre as memórias que envolvem os bairros onde moram, todos trouxeram memórias pontuais, relacionadas a suas famílias e gostos pessoais, mas pontuaram que não passam muito tempo em seus bairros, uma vez que trabalham no Plano Piloto e possuem uma jornada de trabalho extensa. Sobre isso, pode ser observado que o Plano Piloto não é um local acolhedor aos moradores de Cidades Satélites, estes frequentam esse espaço urbano apenas na qualidade de trabalhadores.

Como método de constatação, após a Oficina de Memória, foi solicitado aos alunos do Uniceplac que desenvolvessem um relato sobre as narrativas. Através desses relatos, pôde ser confirmado que a atividade coordenou o entendimento da aplicabilidade e a indispensabilidade da luta pelo direito à memória e suas correlações com o Direito à cidade. A partir dos relatos trazidos para a Oficina de Memória, os alunos do curso de arquitetura e urbanismo do Uniceplac puderam relacionar teoria e prática, compreendendo processos subjetivos de percepção do espaço urbano. As palavras dos alunos do IFB e as reflexões realizadas a partir delas acrescentaram vida à teoria.

A segunda atividade proposta aos alunos de Produção de Áudio e Vídeo do IFB foi a elaboração de um esboço de um filme-carta, endereçado a alguém concreto, ou a uma casa. Poderia se abordar qualquer assunto, com a condição de mencionar a passagem do tempo e as variações e transformações na paisagem visual e sonora do entorno de quem o escreveu.

O filme-carta, como lembram Migliorin e Pipano, “é facilmente adaptável a diferentes tecnologias” de modo que não há o filme-carta “mal acabado, pelo menos por carências técnicas, o que é libertador” (MIGLIORIN; PIPANO, 2019, pp. 83-84). Assim, além de possibilitar a prática a todos os estudantes — é possível pensar até mesmo em um filme-carta

sem imagens —, essa circunstância proporciona a transcendência da norma técnica como critério avaliativo, estimulando uma prática emancipatória e a elaboração de um sistema interno que proponha, ele próprio, as regras sob os quais o filme deve ser observado.

Há ainda outros dois aspectos fundamentais no filme-carta: a narrativa do relato de quem o escreve/filma e a existência de um espectador real a quem a obra se destina (o destinatário), o que contribui não apenas para que o processo de escrita/filmagem seja mais direto, quanto para o engajamento na obra: “Não se trata apenas de um exercício, mas de uma relação direta de um sujeito, de um grupo, com um outro” (MIGLIORIN; PIPANO, 2019, p. 85).

O aspecto da performatividade é igualmente importante. Tomando como ponto de partida o relato de uma experiência passada: se a recordação é a representação de um objeto ausente percebida sob a forma atual de uma imagem-memória, como observa Bergson (2007, p. 265), ela necessariamente “sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa” (POLLAK, 1992, p. 4). Nas palavras de Beatriz Sarlo, “*eltiempo próprio Del recuerdo es el presente*” (SARLO, 2005, p. 10). Quando a recordação se transforma em relato, ao passado se refere “*mediante los procedimientos de lanarración y, por ellos, de una ideología que ponga manifiesto um continuum significativo e interpretable de tiempo*” (op. cit., p. 13). Esses procedimentos de narração fazem com que todo relato seja de alguma maneira ficcional e poético, já que o agenciamento de um conjunto de fatos em sistema é uma das bases da poética aristotélica largamente experienciada também na vida cotidiana e na história oral (RICOEUR, 1983). Quando posta em narrativa, uma memória sintetiza na unidade temporal de uma ação completa um conjunto de elementos heterogêneos, objetivos, causas, acasos.

Através do esboço de uma cine-escritura do filme-carta busca-se estimular o reconhecimento das estruturas narrativas dos relatos de memórias e recordações despertados pelas imagens e objetos no primeiro encontro ao mesmo tempo em que os estudantes são iniciados em uma transposição destas estruturas para o audiovisual. Além da narrativa da memória pessoal, estimula-se percepções a respeito do espaço em que se vive, ao lançar perguntas-catalisadoras a respeito de quais aspectos dos bairros em que se vive se gostaria de comunicar para um parente distante e de quais memórias das cidades em que se cresceu se gostaria de relatar para um vizinho, uma colega de turma. Avançando na sobreposição dos dois terrenos que aqui se imbricam, o cinema e a cidade, buscamos ainda provocar uma reflexão sobre os sons — de que forma sonoridades, ruídos, cantos de pássaros, falas moduladas por sotaques particulares poderiam participar de forma expressiva dessas narrativas e conservações de memória? Qual a voz e a paisagem sonora de um bairro,

como ele se modifica ao longo do dia, da semana, do ano? Como se transformou ao longo da história de vida?

Já a terceira atividade, desenvolvida no âmbito do projeto de extensão em questão, tem por objetivo compartilhar com outras pessoas a narrativa do bairro, da cidade e da memória, através da prática do encontro documentário. Quais lugares, sons, momentos do mesmo bairro, da mesma rua e até da mesma casa gostariam de conservar? Trata-se, ademais, de um ato performativo — no sentido que ao se dizer que se gostaria de conservar uma coisa ela passa a ser conservada pelo registro fílmico — que chama atenção para aspectos fundadores do cinema documentário.

Além de perguntas diretas, é estimulada a prática de encontros dilatados com os participantes filmados. Para tal, aborda-se a inevitável alteração que o filme realiza na realidade que registra, alteração comparável àquela causada pela presença em um meio social de alguém que a ele não pertence. A este respeito, Eduardo Coutinho colocou a questão de modo preciso ao afirmar que “uma pessoa assume dez papéis diferentes no seu cotidiano”, sendo o natural, portanto, uma “criação da mentira verdadeira” e que o documentário não pode filmar o real, mas “o encontro do cineasta com o mundo” (COUTINHO, 2005, p. 119).

Também é considerada a intrínseca relação de poder que se estabelece entre os agentes participantes (BERNARDET, 2003, p. 218), relação na qual o documentarista determina, embora não de modo absoluto, os termos da filmagem e em que grau a pessoa filmada poderá, a seu modo, — sendo esta uma “dimensão intrínseca do fazer documental” (HAMBURGUER, 2007, p. 214), ressaltando o desafio dos documentaristas contemporâneos de criar dispositivos através dos quais os participantes do filme possam expressar suas próprias coreografias e engendrar fabulações narrativas para sua própria auto-representação. Vale ressaltar ainda para o fato de que toda pessoa se vê engajado, cotidianamente, em representações e *mise-en-scènes*, que terminam por ensejar um “tecido estreito”, uma “trama de gestos aprendidos, de reflexos adquiridos, de posturas assimiladas, a ponto de terem se tornado inconscientes” (COMOLLI, 2008, p. 84) e que grande parte do trabalho do documentarista que vê no encontro o elemento central de sua obra está em romper esse hábito cotidiano, o que muitas vezes ocorre através da duração do plano, da escuta atenta destituída de julgamentos — “O que o outro diz é sagrado”, na expressão de Coutinho — e da utilização da “câmera como um catalisador de um comportamento” que produz “um acontecimento especificamente fílmico, que não preexiste à filmagem” (LINS, 2004, p.12).

O quarto dia de oficinas e atividades é reservado para uma reflexão a respeito das distintas percepções e relações que se guarda com a cidade — tanto em seus aspectos

afetivos como funcionais — perceptíveis no conjunto de relatos e esboços realizados ao longo da oficina. A partir desta reflexão coletiva, será proposta a discussão a respeito da maneira como poderíamos comunicar essa experiência, em formato audiovisual ou impresso, para um terceiro. Aqui, voltaremos às questões presentes nas primeiras oficinas ao mesmo tempo em que as modificamos por seu caráter coletivo e pelo endereçamento da obra para um público desconhecido.

Além de filmes documentários, serão apresentadas as publicações do coletivo Dulcineia Catadora *Providências - relatos, fotos e memórias sobre o Morro da Providência* (2012), *Soluções providenciais por jovens e adultos da Pedra Lisa* (2013) e *Vocabulário vivido e definido por moradores da Residência Cambridge* (2016), *Residência ocupação Cambridge* de Ícaro Lira (2016) e *Visitas* de Louise Ganz (2016). Na primeira delas, há textos escritos pelos próprios moradores a respeito de onde moram, da origem do termo favela e dos preconceitos a ele associado. Há também uma entrevista da crítica de arte e artista Clarisse Diniz com Roberto Carlos, o dono do Bar do Carlinhos que funciona no Morro da Providência, e o rapper Fábio Prestes, que mostram a riqueza da fala popular na qual se percebe “a contribuição milionária de todos os erros” (ANDRADE, 1975). Já em *Vocabulário vivido e definido por moradores da Residência Cambridge*, a artista residente Lucia Rosa faz uma coleta de definições de alguns vocábulos e os apresenta em contraste com os significados atribuídos a eles pelos dicionários. Roseane, moradora do apartamento 131, por exemplo, assim define exploração:

Exploração é você pegar um trabalhador, ganhar em cima do trabalhador e não divide a renda da maneira adequada. Não dividir todo acúmulo que ele tem de acordo com o que o trabalhador merece. Você dá o mínimo para aquela pessoa apenas sobreviver, não morrer, ter força para poder continuar trabalhando para você (ROSA, 2016, s/p.).

Já em *Visitas*, a artista e arquiteta Ganz registra diálogos que teve com os moradores que vivem às margens do rio Arrudas no bairro Salgado Filho, região Oeste de Belo Horizonte, assim como produz pinturas que inscrevem no tempo presente memórias do tempo passado e desejos de futuro relacionados ao ambiente em que se vive. Parece-nos que estas oficinas poderão instigar reflexões sobre a realidade de forma semelhante a esta publicação, que Elisa Campos percebeu se construir a partir da “escuta, revelação e valorização do doméstico como construtor da própria história, provocação e agenciamento das reações sociais na comunidade, produção de imagens e construção de ficções que denunciam a realidade” (CAMPOS, 2016, p. 19).

Por último, a partir dessas experiências e suas transfigurações impressas, de maneira coletiva, envolvendo os estudantes do curso de arquitetura e urbanismo do Uniceplac

envolvidos no projeto e estudantes do Ensino Médio Integrado em Produção de Áudio e Vídeo na modalidade Educação de Jovens e Adultos, do Instituto Federal de Brasília, está sendo desenvolvido um *site* para comunicar a metodologia das Oficinas de Memória e as sínteses dos encontros - Oficinas, palestras, publicações e vídeos - desenvolvidos no âmbito do projeto de extensão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão em questão pretende despertar reflexão crítica sobre a produção da cidade, com a finalidade de assinalar a necessidade do estudo do patrimônio (material e imaterial) como essencial à compreensão da sociedade contemporânea, contextualizando aspectos sociais, culturais e políticos das comunidades e lugares.

Com o propósito de preservar a memória e o conhecimento local ligados à reprodução da vida das comunidades periféricas urbanas, este projeto de extensão está alinhado às propostas *decoloniais* de construção de saberes que operam a partir da junção de conhecimentos locais e técnico-científicos, como ocorre com a teoria da “ecologia dos saberes” proposta por Boaventura de Souza Santos. Nesta abordagem, a base metodológica da pesquisa de extensão aqui exposta fundamenta-se na escuta das narrativas populares e na realização de dinâmicas que se propõem a incentivar a fala, o diálogo e a construção de versões da história local a partir do que os sujeitos contam sobre suas próprias vidas.

Portanto, fundamentada na história oral, essa experiência busca reafirmar a importância que os indivíduos possuem na compreensão da cidade e dos lugares, assim como na constituição da cultura e dos processos políticos. Acredita-se que as ferramentas metodológicas de *co-participação* são capazes de fornecer subsídios à repaginação do papel da investigação clássica e trazer à tona fundamentos mais democráticos e inclusivos para as produções científicas.

Neste sentido, este projeto de extensão se apresenta como proposta de reposicionamento do olhar do estudante, tanto do futuro arquiteto e urbanista quanto do técnico em cinema e comunicação social, com a finalidade de colocar o conhecimento das periferias no centro do debate técnico de produção/compreensão do fenômeno urbano, assim como das narrativas sobre as cidades. Crê-se que transformando a docência, transforma-se consequentemente, a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, O. Manifesto antropofágico. **Revista de Antropofagia**. Edição fac-similar. Introdução de Augusto de Campos. São Paulo: Editora Abril, 1975.
- BERGSON, H. **Matière et mémoire**: Essaisurlarelationducors à l'esprit. Paris: Quadrige/PUF, 2007.
- BERNADET, J. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BOGADO, D. Memória Popular: Dispositivo de luta pelo direito à habitação. Os casos da comunidade Vila Autódromo (Rio de Janeiro) e Bairro 6 de Maio (Amadora). **Finisterra**, LV (114), 2020, pp. 127-140.
- BOGADO, D. **O Museu das Remoções da Vila Autódromo**: Potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos. Tese de doutorado defendida na Universidade de Sevilha, Sevilha, 2017.
- CAMPOS, E. Visitas: operando ecologias e a imaginação crítica. IN GANZ, Louise. **Visitas**. Belo Horizonte: JA.CA, 2016.
- COMOLLI, J. **Ver e poder a inocência perdida**: cinema, televisão, ficção, documentário. Seleção e organização: César Guimarães, Ruben Caixeta. Tradução de Augustin de Tugny, Oswaldo Teixeira e Ruben Caixeta. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- COUTINHO, E. O sujeito (extra)ordinário. Debate publicado in LABAKI, Amir & MOURÃO, Maria Dora (orgs.). **O cinema do real**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1969.
- DULCINEIA CATADORA. **Providências** - relatos, fotos e memórias sobre o Morro da Providência. São Paulo: Dulcineia Catadora, 2012.
- DULCINEIA CATADORA (org.). **Soluções providenciais por jovens e adultos da Pedra Lisa**. São Paulo: Dulcineia Catadora, 2013.
- GANZ, L. **Visitas**. Belo Horizonte: JA.CA, 2016.
- HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris, PUF, 1968.
- HAMBURGER, E. Políticas da representação: ficção e documentário em Ônibus 174. IN: LABAKI, Amir & MOURÃO, Maria Dora (orgs.). **O cinema do real**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: **Espaço & Debate**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, no 36, 1996, pp. 48-64.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2011.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

LINS, C. **O documentário de Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

LIRA, Í. **Residência ocupação Cambridge**. São Paulo: Edições Aurora, 2016.

MALO, M. Nociones comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia. **Revista Derive Aprodi**, Pecariasala deriva, Revista Posse, Colectivo Situaciones, Grupo 116, Colectivo Sin Ticket. Traficante de sueños”, Madrid, 2004.

MIGLIORIN, C.; PIPANO, I. **Cinema de brincar**. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, silêncio e esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RICOEUR, P. **Temps et récit. Tome 1**. Paris: Éditions duseuil, 1983.

ROSA, L. **Vocabulário vivido e definido por moradores da Residência Cambridge**. São Paulo: Dulcinea Catadora, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para descolonizar Occidente: Más Allá Del pensamiento abismal**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, Prometeo Libros, 1. ed. 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2013

SARLO, B. **Tiempo pasado: Cultura de la memoria y giro subjetivo**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2009.